

Senadores cobram dos bancos a redução dos juros

Audiência pública com o presidente da Federação Brasileira de Bancos foi marcada ontem por cobranças e sugestões de senadores relativas à diminuição das taxas de juros. Gabriel Jorge Ferreira respondeu que juros menores exigem legislação que facilite a execução de garantias vinculadas aos empréstimos



DEBATE Presidente da Febraban (ao lado de Ramez Tebet) analisa com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos o projeto da nova Lei de Falências

Página 3



RECONHECIMENTO Serys e Mesquita Júnior anunciam nomes que se destacaram na defesa dos direitos femininos

Conselho divulga as vencedoras do Prêmio Mulher-Cidadã

Diploma do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz de 2004 será entregue a Eva Sopher, Maria Gleyde Martins Costa, Mônica Maria de Paula Barroso, Maria Aparecida Schumacher e Zuleika Alambert.

Página 4

Enchentes fazem mais vítimas, parlamentares exigem providências

Senadores de diversos partidos, inclusive da base de apoio ao governo, continuaram a insistir ontem nos pedidos de ações emergenciais para o atendimento aos flagelados pelas enchentes, em especial no Nordeste.

Páginas 6 e 7



INOCÊNCIA Crianças brincam em rua alagada de bairro de Teresina, no Piauí



AVALIAÇÃO Lúcia Vânia defende maior controle social do programa lançado há um ano

Lúcia Vânia critica resultado do Fome Zero

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou ontem o programa Fome Zero, que completou um ano de lançamento. Na opinião da senadora, o programa “confirma que o governo federal não dispõe de um plano consistente para a condução da política social”. Apenas 3,6 milhões de famílias receberam o benefício do projeto, número inferior à meta de 25 milhões, anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, comentou.

Na avaliação de Lúcia Vânia, as várias mudanças ocorridas na gestão do projeto paralisaram o programa e criaram disputas políticas entre os diversos ministérios da área social.

– O Fome Zero foi, ao longo dos últimos meses, mudando de objetivo. A princípio, iria atender situações emergenciais, mas acabou se transformando em um guarda-chuva para 26 programas, 17 deles herdados do governo Fernando Henrique – disse.

A senadora reafirmou o compromisso do Legislativo de colaborar com o governo no Fome Zero, mas defendeu maior controle social e avaliação dos resultados do programa.

Agenda



Sessão plenária examina contratações

O Senado realiza hoje, às 14h30, sessão deliberativa, para examinar a medida provisória que autoriza a contratação temporária de pessoal pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e trata das infrações contra a economia do país (MP 136/03). A proposta tranca a pauta do Plenário e impede a votação de outros projetos.

Paim conversa com vice sobre Estatuto do Idoso

O presidente em exercício recebe hoje, às 11h, o vice-presidente da República, José Alencar (foto), para tratar da operacionalização do Estatuto do Idoso; às 15h, participa de uma reunião com senadores e deputados membros da Frente Parlamentar em Defesa do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); e, às 16h, reúne-se com o presidente nacional do PT, José Genoino, para tratar da PEC paralela.



Votação do PPA está prevista para hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve iniciar hoje, às 14h30, a discussão e votação do relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao projeto do Plano Plurianual (PLN 30/03), que indica

os projetos que receberão investimentos até o final de 2007. O PPA não foi analisado na comissão ontem porque o número de senadores presentes era inferior ao necessário para iniciar a votação.

Reforma do Judiciário tem segunda audiência pública na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza hoje, às 10h, a segunda audiência pública com o objetivo de discutir a proposta de reforma do Poder

Judiciário (PEC 29/00). A comissão ouve o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim. Ontem, o presidente da CCJ,

senador Edison Lobão (PFL-MA), recebeu o procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, em seu gabinete para discutir a questão.

Ministro esclarece denúncias a respeito de transplantes

Amanhã, o ministro da Saúde, Humberto Costa, participa de audiência pública no Plenário do Senado. Ele esclarece denúncias de que a fila de transplantes de medula óssea autorizados pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca) não está sendo respeitada por pressão de políticos. A crise no Inca, que causou a demissão do diretor da área responsável pelos transplantes, Daniel Tabak, se instalou no início do ano passado.



Flamarion avalia conflitos

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se amanhã, às 9h30, com o governador de Roraima, Flamarion Portela, para avaliar os conflitos em torno da demarcação de terras indígenas no estado. A reserva indígena Raposa/Serra do Sol, situada na região, tem sido palco de brigas entre indígenas e fazendeiros.

TV discute segurança pública

A TV Senado exibe hoje, às 19h, um especial sobre segurança pública, como parte de uma série de cinco programas sobre temas de repercussão nacional que foram discutidos pelos senadores no ano passado. No programa, serão mostrados projetos aprovados sobre o assunto, como o Estatuto do Desarmamento.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Franklin e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



INCIDÊNCIA Rondônia registrou pelo segundo ano consecutivo aumento da doença, diz Raupp

Raupp pede ajuda para conter malária

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ajuda ontem ao governo federal para o combate à malária em Rondônia e no Amazonas. Ele ressaltou que, juntos, os dois estados registraram, em 2003, mais de 60% de todos os casos de malária ocorridos na Amazônia Legal. A incidência da doença aumentou quase 300% nos arredores de Manaus.

– Situação semelhante, embora em grau menor, ocorreu em Rondônia. Na capital, Porto Velho, o número de casos passou de cerca de 22 mil, em 2002, para 27 mil em 2003. Um aumento de 24%. Em todo o estado, o crescimento foi de cerca de 15% – informou.

Valdir Raupp disse que Rondônia apresenta um quadro preocupante por registrar pelo segundo ano consecutivo aumento no número de casos. A principal causa seria a falta de estrutura do Núcleo de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia.

O aumento das ocupações de terrenos nas imediações das cidades por imigrantes que desmatam as áreas também estaria favorecendo o empoçamento de água, onde os mosquitos transmissores da malária depositam seus ovos, afirmou o senador.

– Não seria justo culpar integralmente esse povo carente e desassistido. Na verdade, as administrações estaduais e municipais têm grande parcela de responsabilidade – sinalizou.

O senador também citou denúncia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 26 de abril do ano passado, de um agente da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), sobre a suspensão em Rondônia da pulverização de inseticida, conhecida como "fumacê", de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003.

Senadores defendem redução dos juros. Febraban quer risco menor

■ Cadastro positivo de credores é uma das sugestões ouvidas pelo representante dos bancos

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto da nova Lei de Falências, o senador César Borges (PFL-BA) cobrou ontem do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Gabriel Jorge Ferreira, a diminuição da margem de lucro dos bancos embutida no *spread* bancário (diferença entre o custo de captação e o de aplicação, cobrada pelos bancos), para possibilitar a redução das taxas de juros pagas por pessoas físicas e jurídicas que tomam empréstimos. Os juros, analisou o senador, são impagáveis, especialmente no momento em que o país se encontra com a economia estagnada.

Além de cobrança, Gabriel Jorge Ferreira ouviu sugestões na audiência. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a criação, pela Febraban, de um cadastro positivo das empresas, a exemplo do que já ocorre com as pessoas físicas que, ao solicitar abertura de crédito, têm seus nomes submetidos à Serasa, empresa que avalia a inadimplência comercial e bancária.

Em resposta, o presidente da Febraban afirmou que o cadastro positivo das empresas seria “benéfico para todos” e iria até ajudar a reduzir o *spread* ban-



POLÊMICA Na audiência, a CAE ouve pontos de vista contrários e favoráveis à nova Lei de Falências

cário, mas observou que a organização do cadastro dependeria da aprovação de uma lei própria, que, adiantou, já está sendo elaborada pelo governo.

Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) disse que de nada vai adiantar uma nova Lei de Falências se não for aprimorado o processo de criação de empresas. Na sua opinião, a legislação que trata da constituição de empresas “é absolutamente irresponsável”, e muitas firmas são criadas com o objetivo de lesar terceiros. Por isso, ele defendeu mais rigor na abertura de empresas, como comprovação de patrimônio, objetivos a serem alcançados e planos de atuação no mercado, que seriam submetidos a câmaras de serviços.

O especialista em Direito Comercial e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Fábio Ulhoa Coelho salientou que a

proposta esbarra na liberdade de iniciativa e na competição, que, observou, são salutares para o mercado.

O presidente da Febraban, concordou em parte com a proposta do senador e pregou a realização de auditorias externas independentes em empresas médias e grandes a partir de um certo capital a ser fixado. Pela proposta, caberia aos Conselhos Regionais de Contabilidade realizar essas auditorias. As auditorias, disse Gabriel Ferreira, ajudariam a prevenir inclusive a evasão fiscal.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) afirmou não ver outra saída senão a falência nos casos de empresas inviáveis. Gabriel Ferreira defendeu a decretação da falência como última medida, só admitindo essa hipótese em caso de fraude comprovada. O mais importante, destacou, é tornar a empresa viável, por meio de um pla-

no de recuperação.

Garantias

O presidente da Febraban disse que a redução dos juros e o aumento da oferta de crédito para o setor produtivo só ocorrerão no Brasil quando houver legislação que facilite a execução de garantias vinculadas aos empréstimos bancários. Citou estudo realizado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) mostrando que, se a lei permitisse recuperar 50% do crédito concedido, haveria queda de 33% nos juros cobrados.

Gabriel Ferreira reconheceu os avanços instituídos com o projeto de lei de falências aprovado na Câmara dos Deputados (PLC 71/03), mas pediu que os senadores aprimorem o texto dando “tratamento igual para todos os credores” no processo de recuperação das empresas.

Heloísa Helena exige prioridade para trabalhador

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou em Plenário que o Brasil será o primeiro país do mundo a ter uma Lei de Falências que dá prioridade aos créditos bancários, em detrimento dos créditos tributários. Em discurso ontem, ela disse também que os créditos trabalhistas serão prejudicados, mas enalteceu a disposição do relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) – presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) –, para corrigir o problema.

– Espero sinceramente que esta Casa não se predisponha a alterar a Lei de Falências para encher a pança do capital financeiro. Infelizmente, alterar a ordem de prioridades significa prejuízos graves aos trabalhadores – assinalou.

Compromisso

A parlamentar disse que a nova Lei de Falências é um dos quatro pontos acordados nas duas cartas-compromisso assinadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em fevereiro e novembro de 2003, ao lado da reforma da Previdência, da privatização dos bancos federalizados e da autonomia do Banco Central. Segundo Heloísa Helena, a nova Lei de Falências é um tema “extremamente complexo, com um arsenal jurídico muito grande”, na qual se discute, na verdade, “a apropriação da riqueza socialmente produzida”.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o professor Fábio Ulhoa Coelho (ouvido em audiência na CAE sobre a Lei de Falências) defendeu a precedência dos créditos trabalhistas sobre os demais, conforme emenda apresentada por Suplicy e pelo senador Paulo Paim (PT-SP), vice-presidente do Senado.



RISCO Heloísa Helena espera que Lei de Falências não seja mudada para beneficiar capital

Trabalhadores podem ser prejudicados, alerta juiz

A nova Lei de Falências não tem apoio unânime, conforme depoimentos colhidos nos últimos dias pelos senadores da CAE. Há duas semanas, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Fernandes Coutinho, afirmou na comissão que as mudanças irão prejudicar os trabalhadores, porque, na prática, eles serão excluídos da posição de credores privilegiados nos processos de concordata.

Grijalbo Coutinho considerou “inaceitável” essa nova situação, ponderando que os riscos do negócio pertencem ao empresário e eles devem arcar com isso. Disse

que os empregados, por não participarem dos lucros da empresa, não podem ser punidos no caso de um processo de dificuldades do negócio.

O diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Silvano Gianni, pediu aos senadores que alterem o projeto para que essas empresas tenham uma legislação diferenciada. Já o diretor de Política Econômica do Banco Central, Afonso Sant’Anna Bevilacqua, manifestou sua crença de que a nova legislação deverá contribuir para a redução dos *spreads* dos bancos – adicional de risco cobrado pelas instituições financeiras.

Burocracia encarece crédito para pequenas empresas

As micro, pequenas e médias empresas precisam ter procedimentos simplificados para tornar mais barato o seu acesso ao crédito. Uma das providências seria a isenção de tributos como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), além da dispensa da assinatura de título de crédito exigido pelo Banco Central (BC), que seria substituído por instrumento específico para concessão de empréstimo a essa clientela.

Só assim, na opinião do presidente da Febraban, Gabriel Jorge Ferreira, será possível apoiar a atividade empreendedora, como questionou o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos.

O presidente da Febraban disse que as instituições bancárias enfrentam entraves para emprestar às empresas de menor porte. Ele explicou que o BC exige provisionamentos, na classificação do crédito, que chegam em alguns casos a 100% do valor financiado.

Prêmio Mulher-Cidadã anuncia vencedoras

■ Divulgados os nomes das cinco agraciadas com o diploma Bertha Lutz, concedido às pessoas que se destacam na defesa dos direitos femininos

Foram escolhidas ontem as cinco vencedoras do diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz de 2004. Esta é a terceira premiação do diploma, concedido a pessoas que se destaquem na defesa dos direitos femininos e na discussão das questões de gênero. As ganhadoras receberam o diploma em sessão solene do Senado Federal no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

As vencedoras são: Eva Sopher, presidente da Fundação Theatro São Pedro, de Porto Alegre (RS); Maria Gleyde Martins Costa, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, de Roraima; Mônica Maria de Paula Barroso, que trabalha como defensora pública em Fortaleza (CE); Maria Aparecida Schumacher, do Movimento de Defesa dos Di-

reitos da Mulher, no Rio de Janeiro, e Zuleika Alambert, feminista, escritora, conferencista e política com atuação em Santos (SP).

Este ano, apenas a Região Centro-Oeste não contou com representante entre as escolhidas. É praxe entre os membros do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz premiar uma vencedora por região geográfica do país, mas os senadores presentes decidiram desta vez respeitar a ordem dos nomes mais votados, independentemente da região a que pertencessem. O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou que o Centro-Oeste está representado na premiação, uma vez que a presidência do conselho é ocupada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Assim como a presidente do



PREMIAÇÃO Zambiasi, Augusto e Patrícia participaram da escolha pelo Conselho Mulher-Cidadã, presidido por Serys Slhessarenko (no destaque)

colegiado, os senadores Zambiasi, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Patrícia Saboya (PPS-CE) e Augusto Botelho (PDT-RR) destacaram a dificuldade de escolher apenas cinco no-

mes entre 45 currículos de tanto destaque recebidos este ano. De acordo com Serys, os currículos estavam em pé de igualdade e, destacou, todas as mulheres que lutam e trabalham

no dia-a-dia são vencedoras também. A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) havia sido indicada para receber o prêmio, mas abriu mão da honra por fazer parte do conselho.

Conheça as premiadas

Maria Aparecida Schumacher – mais conhecida como Schuma Schumacher, é paulista de nascimento, mas vive e trabalha no Rio de Janeiro. Formada em Pedagogia, atua em organizações não-governamentais feministas e anticistas. Ela coordena o projeto Mulher 500 Anos e tem histórica militância em defesa dos direitos da mulher e na consolidação de sua cidadania.

Maria Gleyde Martins Costa – nasceu no Ceará e faz parte do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher de Roraima, onde vive. Formada em Direito, é delegada de Delegacia de Defesa da Mulher e assistente jurídica da Advocacia Geral da União. Em sua atuação na delegacia, implantou atendimento personalizado para mulheres vítimas de violência e criou o departamento de assistência psicológica integrada a toda a família.

Mônica Barroso – formada em

Direito, vive em Fortaleza (CE), onde é defensora pública. Inaugurou um novo modelo de atendimento para mulheres em situação de risco. Trabalha no combate à prostituição infantil.

Eva Sopher – nascida na Alemanha, mudou-se em 1960 para Porto Alegre (RS). Em 1992 fez parte da Associação Nacional de Teatros e Monumentos e, em 2003, recebeu a medalha Mérito Farroupilha, prêmio máximo da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Zuleika Alambert – atua em Santos (SP), é feminista, escritora, conferencista e política. Exilou-se no Chile e na França durante a ditadura militar. Em Paris foi fundadora do Grupo de Mulheres Brasileiras em Paris. Recebeu o título de Cidadã Paulista em 1986 graças a sua militância feminista e política. Possui livros publicados no Brasil e no exterior, como *Uma Jovem Brasileira*.

Paulo Octávio pede fim de exigência de visto para turista norte-americano

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) defendeu ontem o início imediato de negociações, por intermédio do Itamaraty, para suspender a exigência de vistos para turistas norte-americanos e o controle de identificação dos mesmos nos aeroportos, ainda que não haja reciprocidade de tratamento em relação aos brasileiros viajando para os Estados Unidos.

– Se as autoridades norte-americanas querem criar dificuldades para turistas asiáticos, africanos e latino-americanos, que o façam. Eles estão em guerra e com medo dos terroristas. Isso não é motivo para imitarmos esse procedimento, porque o Brasil é um país em paz e não precisa temer terro-



RENDA Turismo gera emprego, o que é a verdadeira soberania, defende Paulo Octávio

ristas – argumentou.

Para Paulo Octávio, a adoção de represálias contra os norte-americanos somente trará prejuízos para o Brasil, que precisa muito das divisas proporcionadas pelo turismo. Ele não acredita que soberania possa

ser medida por esse tipo de reciprocidade. Na sua opinião, a verdadeira soberania é dar emprego e comida a cada brasileiro e a dinamização do turismo pode ajudar o país a obter esses resultados.

Heráclito Fortes (PFL-PI) discordou de Paulo Octávio, argumentando que a imagem do governo brasileiro “ficaria ruim” se não fizesse valer a reciprocidade de tratamento para turistas. “É uma questão de soberania”, opinou. Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou “estranho” os Estados Unidos quererem negociar, na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a troca de mercadorias, sem se preocupar com o livre trânsito de pessoas.



Paim quer equilíbrio na definição do imposto sobre o couro

O senador Paulo Paim (PT-RS) conclamou os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Comércio Exterior a definirem a cobrança de Imposto de Exportação sobre o couro, de maneira a não prejudicar os criadores de gado bovino e frigoríficos nem tampouco os fabricantes de sapatos e outros pro-

duto de couro.

– É evidente que são interesses conflitantes, porque um imposto menor de exportação gera mais lucros para os pecuaristas, mas penaliza as indústrias de calçados, enquanto imposto maior aumenta os custos dos criadores de gado, mas dinamiza as exportações de calça-

dos. Vamos espremer esse limão e fazer nossa limonada, sem prejudicar ninguém – propôs.

Para Paim, a solução do impasse passa pela melhoria da qualidade do couro nacional, bem como pela desoneração das exportações, com a criação de mecanismos de restituição instantânea dos créditos tri-

butários no ato da exportação.

– O ideal será criar condições para que a indústria calçadista se expanda e processe todo o couro produzido no país. Se isso acontecer, ela poderá gerar 350 mil novos postos de trabalho e aumentar em US\$ 5 bilhões de dólares as nossas exportações – destacou ele.

Mozarildo elogia Justiça de Roraima

Para comemorar a abertura do ano judiciário de 2004, transcorrido na segunda-feira, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) destacou o bom desempenho da Justiça de Roraima afirmando que houve um aumento de 40,14% no número de processos julgados no estado em relação ao ano anterior, com um acréscimo de apenas 8,82% no número de magistrados. De acordo com Mozarildo, esse é o resultado da modernização na tramitação dos processos implementada nos vários níveis da Justiça estadual, que consumiu modestos 3,86% do orçamento do estado. Em relação às comarcas do interior, os resultados foram ainda mais expressivos, registrando um aumento de 345% nos processos julgados em relação a 2002, afirmou. O senador citou declarações do presidente do Tribunal de Justiça do estado, Ricardo de Aguiar Oliveira, garantindo que, em 2ª instância, 937 dos 943 processos distribuídos foram julgados pelos magistrados. Os resultados positivos obtidos em Roraima mostram que, com a modernização de meios e vontade política, a Justiça pode ser mais ágil, comentou o parlamentar. Para ele, se for possível sensibilizar o Executivo a não apresentar, "de má-fé", sucessivos recursos, então o Judiciário poderá ter agilidade ainda maior.



AVANÇO Justiça pode ser mais ágil com vontade política e modernização, avalia Mozarildo



POSIÇÃO Fonteles (E), em visita a Lobão, enfocou um dos pontos mais polêmicos da reforma do Judiciário

Ministério Público aceita acompanhamento sem veto

■ Procurador-geral manifestou posição ontem, em encontro com o presidente da CCJ, Edison Lobão

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, esteve no final da tarde de ontem com o senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para dizer que o Ministério Público aceita "acompanhamento" externo, desde que o Conselho Nacional de Justiça (a ser criado) não tenha o poder de vetar procuradores por seus atos. O controle externo é um dos pontos mais

polêmicos da reforma do Judiciário, em discussão na CCJ.

– Não gosto da expressão "controle externo". O Ministério Público aceita o acompanhamento externo, mas esse controle não deve ter o poder de vetar procuradores ou de determinar a perda do cargo – sustentou Cláudio Fonteles após o encontro, em entrevista à imprensa. Ele admite também a idéia de "acompanhamento" externo do Judiciário.

Audiências

O senador Edison Lobão confirmou que o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, estará hoje, às 10h, na CCJ para falar sobre a reforma do Judiciário, em audiência pú-

blica. Na próxima semana também debaterá o assunto na comissão o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O presidente da CCJ informou que está acertando com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, sua participação em outra audiência pública, na próxima semana. Corrêa tem se manifestado publicamente contra o controle externo do Judiciário. O relator da reforma, senador José Jorge (PFL-PE), deve apresentar seu parecer assim que se encerrarem as audiências públicas.

– A CCJ deverá iniciar a votação do parecer do relator nos próximos dez dias – informou Edison Lobão.

Associação de magistrados apóia reforma

Representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) manifestaram ontem ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), o apoio da entidade ao controle externo do Judiciário, por meio de um órgão composto por juízes eleitos pelos próprios magistrados e representantes da sociedade civil escolhidos pelo Congresso Nacional.

Segundo o presidente da Anamatra, Grijalbo Coutinho, o órgão, batizado de Conselho Nacional de Justiça, poderia democratizar e dar mais transparência ao Judiciário. Para os juízes trabalhistas, o controle externo não deve interferir no resultado dos julgamentos, mas apenas fiscalizar o orçamento e a administração dos



CONTROLE Paim (ao centro) recebeu ontem representantes da Anamatra, que defendem o Conselho Nacional de Justiça

tribunais.

Paim elogiou a iniciativa da Anamatra, mas reconheceu que a proposta ainda não é consenso entre os parlamentares. De acordo com o senador, o tema, que faz parte da reforma do Judiciário (PEC 29/00) em discussão na CCJ, deve ser votado ainda durante a convo-

cação extraordinária, que vai até 13 de fevereiro.

– Caminhamos para que, no mínimo, cinco ou seis pontos da reforma do Judiciário, que forem de entendimento, sejam votados. Assim, a promulgação seria fatiada e o resto da reforma retornaria para análise da Câmara – afirmou Paim.

Maguito quer controle externo do Judiciário

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem o controle externo do Poder Judiciário, como forma de igualá-lo ao Legislativo e ao Executivo, que são duplamente fiscalizados: pelos tribunais, no dia-a-dia, e pelo povo, na época das eleições. O discurso de Maguito foi pronunciado um dia depois de o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, declarar-se favorável ao controle externo da Justiça durante cerimônia no Supremo Tribunal Federal.

– Nenhuma instituição, nenhum Poder e nenhuma autoridade pode se julgar acima do bem e do mal. Ninguém pode estar no patamar da intocabilidade. Ao contrário, a fiscalização e o controle em todos os níveis são fundamentais para que tenhamos sempre uma melhoria na prestação de serviços – disse o senador.

Maguito Vilela afirmou ver com bons olhos a implantação dos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público, a serem compostos por membros da Justiça e da sociedade organizada. Esses conselhos seriam os responsáveis pela fiscalização das ações do Poder Judiciário.

O senador ponderou que as medidas previstas na reforma do Judiciário não serão solução definitiva para o problema da lentidão dos processos. Na opinião de Maguito, para que a Justiça seja realmente ágil, serão necessárias as reformas dos códigos Civil e Penal. Ele também chamou a atenção para o estabelecimento do mecanismo conhecido como "súmula vinculante".



EFICIÊNCIA Para Maguito, a fiscalização é fundamental à melhoria dos serviços

ENCHENTES

Críticas a omissão de autoridades federais e pedidos de ajuda marcam pronunciamentos de parlamentares em Plenário. Mas Ney Suassuna garante que o governo "não está parado"

Senadores exigem providências

Diversos senadores, inclusive da base governista, defenderam ontem maior apoio federal às vítimas das enchentes no Nordeste e apontaram omissão das autoridades. Antonio Carlos Valadares disse que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, está tratando com indiferença a situação de calamidade pública vivida por vários estados nordestinos. Almeida Lima observou que o

então presidente Fernando Henrique viajou ao Nordeste e liberou recursos quando foi necessário. Renan Calheiros pediu a inclusão de Alagoas nas ações emergenciais de socorro às vítimas. Efraim Morais vê insensibilidade do presidente Lula e dos integrantes do primeiro escalão do governo federal. Leonel Pavan lamentou brincadeira feita por Lula ao receber o

governador do Piauí, Wellington Dias. Conforme o senador, Lula teria dito ao governador que ele estava em Brasília para fugir da chuva, com medo de se afogar. Em defesa do governo, Ney Suassuna afirmou que medida provisória liberando recursos para os flagelados está sendo redigida e será editada em breve para atender os municípios atingidos.

EFRAIM MORAIS

Este é um governo de solidariedade zero e de avião zero

O líder da oposição no Senado, Efraim Morais (PFL-PB), apontou insensibilidade do presidente Lula e dos integrantes do primeiro escalão do governo diante das calamidades que as chuvas vêm causando no país. Ele pediu que ao menos um senador do PT faça da tribuna um pronunciamento em solidariedade aos brasileiros atingidos.

Para o senador, "este é um governo de fome zero, solidariedade zero, avião zero", referindo-se ao programa de alimentação do governo e à compra de uma aeronave para servir à Presidência. Ele pediu que Lula, em vez de viajar constantemente ao exterior, percorra o interior do Brasil.

O líder da Minoria leu reportagem do

Jornal do Comercio, que informa que os R\$ 32 milhões destinados a minorar os prejuízos das enchentes não serão suficientes nem para Pernambuco, quanto mais para as 15 unidades da Federação afetadas pela chuva.

Em apertes, Leonel Pavan (PSDB-SC) perguntou "o que mais é preciso fazer para acordar o presidente". Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou já ter sido ministro e saber da dificuldade de se conseguir a liberação de verbas por causa da burocracia. Tasso Jereissati (PSDB-CE) sugeriu a formação de uma bancada de senadores nordestinos, enquanto Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse faltarem na Casa senadores que apoiem o governo.



Moreira Mariz

ALMEIDA LIMA

Lula reconheceu omissão no socorro aos flagelados

Almeida Lima (PDT-SE) se disse satisfeito em saber que o presidente Lula reconheceu a omissão de seu governo no socorro às vítimas do Nordeste. Ele se referiu à reportagem "Lula cobra ação contra enchentes" do jornal *O Globo*, segundo a qual o presidente exigiu de seus ministros agilidade no socorro ao Nordeste. Almeida Lima lembrou que, já no dia 20 passado, cobrou da tribuna do Senado um compromisso do governo com as vítimas das enchentes.

O senador censurou a desinformação e desinteresse do ministro Ciro Gomes. Ele citou outra matéria do jornal *O Globo*, intitulada "Ministro erra o número de vítimas", e criticou também entrevista de Ciro Gomes em que ele afirmou

ao jornal que até agora a Defesa Civil não existia.

Almeida Lima ressaltou que fez oposição ao governo de Fernando Henrique, mas admitiu que o então presidente viajou ao Nordeste e liberou R\$ 40 milhões quando foi preciso. Ele reiterou sua opinião de que foi uma discriminação de Ciro Gomes o fato de ele se recusar a visitar os locais atingidos pelas enchentes e disse que o ministro esteve no ano passado no bairro do Contorno, em Petrópolis, no qual 13 pessoas morreram soterradas. Almeida Lima destacou que até agora no Nordeste morreram 88 pessoas, sendo que só em Sergipe dez municípios do Baixo São Francisco foram atingidos pelas enchentes.



Roosevelt Pinheiro

ANTONIO CARLOS VALADARES

Ministro trata com frieza uma situação de calamidade

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou a iniciativa da Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional de criar o Centro Nacional de Aviso e Prevenção ou de Alerta e Alarme de Desastres, visando promover um levantamento das áreas de riscos e a realização de obras preventivas para minimizar os problemas produzidos por fenômenos da natureza. Por outro lado, ele criticou o ministro da pasta, Ciro Gomes, por estar tratando com "indiferença, frieza e apatia" a situação de calamidade pública que atingiu vários estados nordestinos.

— Pasmem os senhores: o jornal *O Globo* noticiou hoje [terça-feira, 3] que assessores de Ciro Gomes disseram que

não adianta ele viajar até as regiões mais atingidas apenas para entrar na chuva e sair na fotografia de jornais.

Em apertes, Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu soluções permanentes para o problema. Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) cobrou dos bancos participação no socorro às vítimas. Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) testemunhou que nas vezes em que solicitou audiência a Ciro Gomes foi bem atendido. Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu a Valadares, que é da base de apoio ao governo, que vá para a oposição para ser bem recebido pelo ministro. Heloísa Helena (sem partido-AL) propôs a convocação dos ministros Ciro Gomes e Olívio Dutra, das Cidades.



Roosevelt Pinheiro

RENAN CALHEIROS

Apelo por inclusão de Alagoas nas ações emergenciais

Renan Calheiros (PMDB-AL) fez um apelo ao governo federal pela inclusão de Alagoas nas ações emergenciais de socorro às vítimas das enchentes no Nordeste. O líder peemedebista no Senado se disse aflito com a possibilidade de os desabrigados alagoanos serem privados, nesse primeiro momento, da distribuição de medicamentos, alimentos e água potável, sem falar na recuperação de pontes e estradas destruídas pelas chuvas.

De acordo com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), essa é a maior cheia enfrentada pelo Nordeste nos últimos 44 anos, relatou Renan Calheiros. Segundo o senador, cerca de 300 municípios de 15 estados foram afe-

tados pela enchurrada, que já deixou 104 mil pessoas desabrigadas. Dados do Ministério da Integração Nacional dão conta ainda de danos causados a 12 mil quilômetros de estradas.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em aparte, pediu apoio governamental para áreas que enfrentam dificuldades. Edison Lobão (PFL-MA) reclamou da ausência do governo para amparar a população nordestina. Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) criticaram o quadro de "esquecimento e abandono" imposto pela União à região. A ausência de ações federais também foi apontada por Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Heráclito Fortes (PFL-PI) e João Tenório (PSDB-AL).



Moreira Mariz

ENCHENTES



NEY SUASSUNA

MP vai liberar recursos para o Nordeste

Ao responder as críticas de opositores com relação ao atendimento do governo federal às populações prejudicadas pelas enchentes no Nordeste, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que o Executivo “não está parado”. Se as verbas não estão sendo liberadas no ritmo desejado pelos municípios atingidos, isso seria devido à lentidão usual dos passos burocráticos a serem seguidos, explicou.

O parlamentar informou que uma medida provisória liberando recursos está sendo redigida e será em breve editada pelo presidente da República. Os prefeitos que tiverem interesse em obter parte dos recursos devem enviar relatório ao Ministério da Integração Nacional acompanhado de foto da área alagada, disse.

– É óbvio que o governo não

tem um saco de dinheiro e, portanto, não poderá liberar toda a verba pedida.

Para dar testemunho das dificuldades que vivem as autoridades federais em momentos de catástrofes naturais, o senador lembrou que, quando ministro da Integração Nacional, no governo Fernando Henrique Cardoso, os recursos liberados eram sempre inferiores aos valores pretendidos pelos prefeitos.

De acordo com o senador, a responsabilidade direta pelas medidas de emergência são das defesas civis dos estados e municípios, coordenadas pelo governo federal, mas assinalou que foi formada uma comissão composta de 12 ministros para estudar o problema.

Na opinião do senador Mão Santa (PMDB-PI), o problema é que a ação do governo do PT é “improvisada”. Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reclamou que Ney Suassuna não lhe informou mais cedo sobre a necessidade do relatório com foto como pré-requisito para o atendimento dos pedidos de verba.

– Não estou contente com o que está acontecendo no Nordeste, mas é preciso ver que com as chuvas vamos ter uma boa reserva para enfrentar os quatro anos de seca que estão sendo previstos pela meteorologia – disse Suassuna.

LEONEL PAVAN

“Presidente brinca com a situação”

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou ontem a brincadeira feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao receber o governador do Piauí, Wellington Dias. De acordo com o senador, Lula teria dito que chuva para nordestino “é tempo bonito” e brincou com o governador dizendo que ele estava em Brasília para fugir da chuva, com medo de se afogar. Para o senador, não faz sentido os parlamentares estarem clamando por ajuda aos nordestinos enquanto o presidente brinca com a situação.

– Sou do Sul, mas quero dei-



– xar a minha solidariedade aos nordestinos contra a brincadeira do presidente – afirmou.

Leonel Pavan registrou também coluna do jornalista José Simão, na *Folha de S. Paulo* de hoje, citando possíveis nomes para denominar o avião que será adquirido pela Presidência da República, tais como *PTlogo*, *Balão Mágico* e *Air Fome One*. Leonel Pavan lembrou também que o senador Mão Santa (PMDB-PI) chamou o avião de *Lula Voadora*.

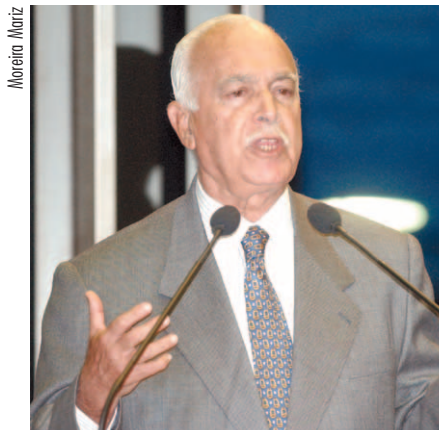
Antonio Carlos quer ação contra “escândalo” do Refis

Senador sugere a convocação, pela CAE, do secretário da Receita e do procurador da Fazenda Nacional

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou ontem, em Plenário, providências do Congresso Nacional para esclarecer o “escândalo” no Refis (Programa de Recuperação Fiscal) denunciado pelo jornalista Josias de Souza no jornal *Folha de S. Paulo* do último domingo. “O governo parcela dívidas (de contribuintes inadimplentes com a Receita Federal e com o INSS) pelo prazo absurdo de até 8.900 séculos”, relatou o parlamentar.

Antonio Carlos sugeriu a convocação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do secretário da Receita Federal e do procurador-geral da Fazenda Nacional. Ele também defendeu a elaboração de um projeto de lei para eliminar as distorções do sistema.

Com base nas informações do jornal, Antonio Carlos citou vários casos em que empresários estão pagando valores irrisórios com séculos de prazo para quitarem as dívidas. Um



DISTORÇÃO ACM diz que empresas beneficiadas pagam valores irrisórios

dos casos é o da Editora Três, que publica a revista *IstoÉ*, e tem uma dívida de R\$ 222,406 milhões e prazo de 344 anos para pagar. O senador disse que há empresas que cobram a contribuição previdenciária (INSS) dos empregados, não pagam a sua parte, retêm a parte dos empregados “e não acontece nada”.

Equívocos

Para o senador, o equívoco do Refis foi permitir que as parcelas mensais sejam calculadas como um percentual sobre o faturamento das empresas, além de a legislação ser omissa quanto ao prazo. “As empresas nem sempre declaram o faturamento real, podendo, muitas

vezes, sonegar informações nas suas contabilidades e apresentar números muito abaixo dos dados reais”, acrescentou.

Em aparte, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o depoimento de Antonio Carlos deveria ser ouvido por quem tem responsabilidade no Brasil. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que o nordestino está indignado com um governo “acometido de megalomania, que olha para o exterior com

grande interesse e para o interior do Brasil com desinteresse e falta de compaixão humana”.

Também aparteando, José Agripino (PFL-RN) manifestou sua suspeita de que o governo federal só começou a tomar medidas para ajudar os nordestinos depois que São Paulo começou a sofrer também os efeitos das chuvas.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) revelou que tentou falar várias vezes com a prefeita de São Paulo, Martha Suplicy, e não conseguiu. “Pensei que fosse algum problema nas linhas telefônicas, mas hoje soube que ela está em Londres para fazer uma palestra”, comentou o senador.

Sibá defende contratação de servidores

As críticas feitas ao governo Luiz Inácio Lula da Silva ao anunciar a contratação de 41 mil servidores públicos por concurso público foram rebatidas, em discurso, pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Ele classificou como incoerente o posicionamento, contrário ao concurso, de alguns órgãos de imprensa, que até recentemente estariam veiculando matérias denunciando o avanço da biopirataria na Amazônia pela falta de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Federal.

– Vou dar um exemplo bem ilustrativo, porque o choro da oposição contra o concurso é absurdo. O Inbra tem hoje 5.251 servidores distribuídos por 29 superintendências regionais. Desse total, 42% estão em vias de aposentadoria. Para se ter uma idéia do que isso significa, basta pensar que nos anos



NECESSIDADE Sibá lembra a carência de pessoal e aumento dos pedidos de aposentadoria

80, quando o Inbra tinha um terço das demandas que tem hoje por serviços de assentamentos, demarcação de áreas e assistência rural, o órgão possuía duas vezes mais funcionários que atualmente.

Outro dado favorável à realização do concurso público, na avaliação do senador pelo Acre, é que no ano passado 18 mil servidores se aposentaram. O parlamentar afirmou que o nú-

mero é quase três vezes maior que a média dos anos anteriores. Sibá lembrou ainda que a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga o governo a gastar até no máximo 60% de sua receita com o pagamento de servidores públicos. Em 2003, informou o senador, a União gastou com ativos e inativos apenas 31,2% e esse índice deverá ser reduzido para 29%, já contabilizadas as despesas com os novos concursados.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) opinou que, ao abrir concursos públicos, o governo Lula pretende reforçar áreas importantes para o atendimento da população. Já o senador Tião Viana (PT-AC) comentou que o país não poderá melhorar a segurança pública e as ações de fiscalização sem o ingresso de novos servidores. Ele também foi apoiado por Fátima Cleide (PT-RO) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Márcia Kolome



NO VOTO Roberto Saturnino desistiu de adiar a discussão sobre as sobras em caixa

Superávit será decidido na comissão

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), relator do Plano Plurianual (PPA) que prevê todos os investimentos do governo federal até o final de 2007, informou ontem que não pretende retirar de seu parecer a sugestão de queda gradual do superávit primário (sobras em caixa antes do pagamento de juros) nos próximos três anos, o que poderia aumentar os investimentos da União em cerca de R\$ 27,9 bilhões.

O relator anunciou a retirada de um adendo que possibilitaria adiar a discussão do superávit para os próximos meses.

– Assim, sem o adendo, a comissão aceita ou rejeita minha sugestão – informou Saturnino.

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), vice-líder do governo, disse que o governo não aceita a mudança e vai pedir aos partidos da base governista que derrubem a alteração proposta pelo senador Roberto Saturnino.

A discussão e a votação do PPA deveriam ter sido realizadas ontem na Comissão Mista de Orçamento, mas o número de senadores presentes não foi suficiente para a deliberação. O presidente do colegiado, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou nova reunião para hoje, às 14h30.

– Não há nenhuma obstrução de senadores e tudo já foi discutido. O problema é que há muito trabalho nesta convocação e muitos senadores não puderam comparecer para a votação do PPA – afirmou Roberto Saturnino.

Azeredo pede apoio do governo para setor leiteiro

■ Conforme senador, crise da Parmalat pode se alastrar pelo país, atingindo pequenos e médios produtores

O agravamento da crise da Parmalat, em atraso com o pagamento de salários de seus funcionários e de dívidas com fornecedores no Brasil, levou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a apelar por uma ação mais rápida do governo no sentido de tranquilizar e dar suporte ao setor leiteiro nacional. A preocupação do parlamentar foi reforçada depois que a matriz da Parmalat, em Milão, divulgou nota oficial informando que não irá saldar os R\$ 14 milhões devidos aos produtores brasileiros.

A situação dos pequenos e médios produtores é a que mais aflige o senador tucano. Conforme observou, a atual crise se abate sobre o setor no auge da estação mais produtiva,



CONSEQUÊNCIA Azeredo diz que crise pode comprometer a atividade rural do país

quando, apesar da vulnerabilidade de preços suscitada pelo maior volume de produção, é possível obter uma receita mais expressiva. Eduardo Azeredo advertiu que a dificuldade enfrentada pelo setor leiteiro pode não repercutir apenas na insolvência de produtores, mas comprometer toda a

atividade rural do país.

– Em Minas Gerais, certamente as repercussões sociais, se a crise não for bem conduzida, podem ser muito graves – previu, lembrando que o estado tem uma produção leiteira anual de 6,5 bilhões de litros e fornece quase um terço do leite produzido no país. Além de Minas, os estados de Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco serão os mais prejudicados pela crise da multinacional italiana.

Na opinião de Eduardo Azeredo, o governo está subestimando a necessidade de informação, o mal-estar no meio rural e o potencial do impacto negativo sobre as esferas econômica e social da crise da Parmalat. Ao cobrar ações mais rápidas nesse episódio, recordou que as dificuldades financeiras da empresa italiana vieram a público em dezembro, com o calote de uma dívida de 150 milhões de euros e a descoberta de um rombo em sua contabilidade.

Tuma quer informações sobre remessas do Brasil para o exterior

O escândalo financeiro envolvendo a Parmalat na Itália será investigado também no Congresso brasileiro. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) já apresentou requerimento para que o Ministério da Fazenda dê informações acerca dos valores enviados pela Parmalat do Brasil para o exterior entre 1997 e 2003. O requerimento deve ser analisado na primeira reunião deste ano convocada pelo presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que deverá ocorrer na segunda quinzena deste mês.

Segundo Tuma, as fraudes contábeis da Parmalat na Itália tiveram repercussões no Brasil, como apontam as notícias de que a filial brasileira da empresa teria servido para a evasão e lavagem de recursos da matriz na Europa.

– A imprensa tem dado gran-

de destaque não somente às consequências sofridas pelos produtores de leite e derivados, mas também aos indícios de fraudes cometidas pela Parmalat do Brasil e suas controladoras, especialmente no que diz respeito ao envio de recursos para o exterior. É fundamental que os procedimentos contábeis e as atividades financeiras da empresa sejam examinados para verificar se não implicaram fraudes ou ensejaram evasão de divisas com prejuízos para o nosso país – afirmou Romeu Tuma.

Apesar de não estar relacionada na pauta do Congresso no período de convocação extraordinária, a CPI continuou trabalhando em dezembro e janeiro. Cerca de 15 técnicos do Banco Central, da Receita Federal e da Polícia Federal, além de assessores do Senado e da Câmara estão promovendo o cruzamento das informações



EVASÃO Tuma solicita que Fazenda mostre contabilidade das empresas sediadas no Brasil

reunidas pela comissão no ano passado. Com isso, está sendo possível, por exemplo, identificar pessoas e empresas que, apesar de terem declarado possuir baixa renda à Receita Federal, enviaram grandes quantias de recursos para o exterior.

Pauta do Senado continua trancada por falta de acordo

A falta de acordo entre os líderes dos partidos impediu mais uma vez a votação, ontem, da Medida Provisória 136/03, que permite ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fazer contratações temporárias. De acordo com o que determina a Constituição, nenhuma outra matéria pode ser votada em Plenário quando há uma medida provisória à espera de votação.

Também deixaram de ser examinadas a MP que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro; a MP que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência; o projeto de resolução que facilita aos municípios o recebimento de impostos atrasados; o projeto de lei que cria cargos e funções nos tribunais regionais eleitorais; e o projeto que aprova a programação monetária deste primeiro semestre.

Suplicy registra missa em memória de auditores fiscais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário a realização de missa ontem em Unai (MG), em memória dos quatro servidores públicos – três fiscais do Trabalho e um motorista – assassinados há uma semana. A missa contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de vários ministros e autoridades.

Os auditores fiscais Nelson José da Silva, Heratóstenes de Almeida Gonçalves e João Batista Soares Lages e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram mortos numa emboscada quando se dirigiam a Unai para fiscalizar fazendas suspeitas de promover o trabalho escravo.

Aprovado voto de aplauso para jornal O Dia, do Piauí

O Senado aprovou ontem o voto de aplauso proposto pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) ao jornal O Dia, do Piauí, que completou 53 anos no dia 1º de fevereiro. O parlamentar felicitou o diretor-presidente do jornal, Valmir Miranda, e todos os funcionários daquela empresa.

– O voto de aplauso se justifica pela importância política, econômica e cultural do jornal O Dia, o mais antigo do Piauí, que tem pautado suas mais de cinco décadas de existência pela seriedade e pela busca da inovação – ressaltou Heráclito Fortes.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma